

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/03/2013 | Edição: 50 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

## DECRETO Nº 7.958, DE 13 DE MARÇO DE 2013

Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos IV e V do caput do art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece diretrizes para o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual pelos profissionais da área de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS, e as competências do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde para sua implementação.

Art. 2º O atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS observará as seguintes diretrizes:

I - acolhimento em serviços de referência;

II - atendimento humanizado, observados os princípios de respeito da dignidade da pessoa, da não discriminação, do sigilo e da privacidade;

III - disponibilização de espaço de escuta qualificado e privacidade durante o atendimento, para propiciar ambiente de confiança e respeito à vítima;

IV - informação prévia à vítima, assegurada sua compreensão sobre o que será realizado em cada etapa do atendimento e a importância das condutas médicas, multiprofissionais e policiais, respeitadas sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento;

V - identificação e orientação às vítimas sobre a existência de serviços de referência para atendimento às vítimas de violência e unidades do sistema de garantia de direitos;

VI - divulgação de informações sobre a existência de serviços de referência para atendimento de vítimas de violência sexual;

VII - disponibilização de transporte à vítima de violência sexual até os serviços de referência; e

VIII - promoção de capacitação de profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS para atender vítimas de violência sexual de forma humanizada, garantindo a idoneidade e o rastreamento dos vestígios coletados.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se serviço de referência o serviço qualificado para oferecer atendimento às vítimas de violência sexual, observados os níveis de assistência e os diferentes profissionais que atuarão em cada unidade de atendimento, segundo normas técnicas e protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Justiça.

Art. 4º O atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais da rede do SUS compreenderá os seguintes procedimentos:

I - acolhimento, anamnese e realização de exames clínicos e laboratoriais;

II - preenchimento de prontuário com as seguintes informações:

a) data e hora do atendimento;

b) história clínica detalhada, com dados sobre a violência sofrida;

- c) exame físico completo, inclusive o exame ginecológico, sefor necessário;
- d) descrição minuciosa das lesões, com indicação da temporalidadee localização específica;
- e) descrição minuciosa de vestígios e de outros achados no exame; e
- f) identificação dos profissionais que atenderam a vítima;

III - preenchimento do Termo de Relato Circunstanciado eTermo de Consentimento Informado, assinado pela vítima ou responsávellegal;

IV - coleta de vestígios para, assegurada a cadeia de custódia,encaminhamento à perícia oficial, com a cópia do Termo deConsentimento Informado;

V - assistência farmacêutica e de outros insumos e acompanhamentomultiprofissional, de acordo com a necessidade;

VI - preenchimento da Ficha de Notificação Compulsória deviolência doméstica, sexual e outras violências; e

VII - orientação à vítima ou ao seu responsável a respeito deseus direitos e sobre a existência de serviços de referência paraatendimento às vítimas de violência sexual.

§ 1o A coleta, identificação, descrição e guarda dos vestígiosde que tratam as alíneas "e" e "f" do inciso II e o inciso IV do caputobservarão regras e diretrizes técnicas estabelecidas pelo Ministérioda Justiça e pelo Ministério da Saúde.

§ 2o A rede de atendimento ao SUS deve garantir a idoneidadee o rastreamento dos vestígios coletados.

Art. 5o Ao Ministério da Justiça compete:

I - apoiar a criação de ambiente humanizado para atendimentode vítimas de violência sexual nos órgãos de perícia médico-legal; e

II - promover capacitação de:

a) peritos médicos-legistas para atendimento humanizado nacoleta de vestígios em vítimas de violência sexual;

b) profissionais e gestores de saúde do SUS para atendimentohumanizado de vítimas de violência sexual, no tocante à coleta, guarda e transporte dos vestígios coletados no exame clínico e o posteriorenaminhamento do material coletado para a perícia oficial; e

c) profissionais de segurança pública, em especial os queatuam nas delegacias especializadas no atendimento a mulher, crianças e adolescentes, para atendimento humanizado e encaminhamentodas vítimas aos serviços de referência e a unidades do sistema degarantia de direitos.

Art. 6o Ao Ministério da Saúde compete:

I - apoiar a estruturação e as ações para o atendimento humanizadoàs vítimas de violência sexual no âmbito da rede do SUS;

II - capacitar os profissionais e gestores de saúde do SUSpara atendimento humanizado; e

III - realizar ações de educação permanente em saúde dirigidasa profissionais, gestores de saúde e população em geral sobreprevenção da violência sexual, organização e humanização do atendimentoàs vítimas de violência sexual.

Art. 7o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de março de 2013; 192º da Independência e 125ºda República.

**DILMA ROUSSEFF**

**JOSÉ EDUARDO  
CARDOZO  
ALEXANDRE  
ROCHA SANTOS  
PADILHA  
ELEONORA  
MENICUCCI DE  
OLIVEIRA**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.